

# O pretérito perfeito composto e sua interpretação<sup>1</sup>

---

*Alessandro Boechat de Medeiros (UFRJ)\**

**Resumo:** O principal objetivo deste artigo é entender porque o pretérito perfeito composto do português do Brasil toma somente a interpretação habitual quando aplicado a predicados que denotam eventualidades dinâmicas. Depois de discutir as virtudes e limitações de duas importantes análises, proponho uma terceira, baseada no sistema tríplice de intervalos de tempo proposto por Klein (KLEIN, 1992). A abordagem concebida no artigo fornece, creio, uma resposta melhor para a questão.

**Palavras-chave:** Pretérito perfeito composto, sistemas de tempos verbais, habitualidade.

## Introdução

Neste pequeno artigo, me proponho a responder a seguinte pergunta sobre o pretérito perfeito composto do português:

(1) Por que esse tempo verbal tem interpretação necessariamente habitual com predicados dinâmicos, enquanto, em outras línguas, formas equivalentes do ponto de vista morfológico permitem outras leituras?

A sentença (a) abaixo exemplifica a interpretação referida acima; a sentença (b) é anômala:

(2) a. João tem comido maçãs (ultimamente).

b. ??João tem comido uma maçã (\*agora/\*ontem)<sup>2</sup>.

O texto tem a seguinte organização. Na seção 1 faço algumas considerações sobre duas fundamentais abordagens para a questão (GIORGI; PIANESI, 1998, doravante G&P; SCHMITT, 2001), apontando suas virtudes

---

\* Departamento de Linguística e Filologia

<sup>1</sup> Gostaria de agradecer a Miriam Lemle, Ana Paula Scher, aos membros do GREMD (Grupo de Estudos em Morfologia Distribuída) e a Maximiliano Guimarães Miranda por sugestões e idéias. Também gostaria de agradecer ao CNPq (140911/2005-7), à FAPERJ (E-26/100.004/2007), à CAPES (bolsa PDEE) e à FAPESP (2008/00426-0) pelas bolsas de doutorado, estágio no exterior e pós-doutorado que financiaram essa pesquisa. Quaisquer problemas ou erros encontrados no artigo são de responsabilidade exclusivamente minha.

e problemas. Na seção 2 apresento uma resposta diferente das de G&P e Schmitt para a pergunta acima, usando, de maneira um pouco mais livre, o sistema de tempos de Klein (KLEIN, 1992). A seção 3 encerra o trabalho colocando algumas questões relevantes.

## Algumas considerações sobre outras abordagens

Antes de atacar o problema, gostaria de discutir duas soluções encontradas na literatura. A discussão é relevante pois não só apresenta o porquê de, a meu ver, nenhuma delas poder ser adotada integralmente para tratar a questão (1) acima, como também contribui com elementos para solução apresentada neste artigo.

### ● Reichenbach

No livro *Elements of Symbolic Logic*, Reichenbach (REICHENBACH, 1947) propõe uma teoria dos tempos verbais baseada em três entidades temporais primitivas: S (speech time) que é o tempo da fala, o momento em que a frase é emitida; E (event time) que é o tempo do evento, o tempo em que ocorre o evento referido pelo predicado da sentença; e R (reference time) que é o tempo de referência. R serve principalmente para dar conta dos tempos perfeitos, como veremos a seguir, e refere o tempo de algum outro evento expresso pelo contexto lingüístico ou extralingüístico.

Os tempos verbais ordenam de variadas maneiras as três entidades temporais acima. Por exemplo, S,R,E (onde a vírgula significa coincidência ou superposição) representa o tempo presente – ou seja, no presente, o tempo da fala coincide com o tempo de referência que coincide com o tempo do evento; o tempo futuro é representado por S\_R,E (o tempo da fala precede o tempo de referência que, por sua vez, coincide com o tempo do evento). Por razões teóricas e empíricas<sup>3</sup>, revisões posteriores desta teoria propõem que qualquer arranjo entre as três entidades seja dividido em duas relações distintas, uma entre R e S e outra entre E e R. Dessa maneira, não há relação direta entre E e S, sendo esta sempre mediada por R. Em (3) a seguir (tirado de G&P), algumas possibilidades de tempos verbais desse sistema:

---

<sup>2</sup> Por exemplo, no inglês: *John has eaten apples lately/John has eaten an apple (now/\*yesterday)*.

<sup>3</sup> Como a redução do número de combinações possíveis entre as três entidades: de vinte e quatro (de fato, somente treze, pois nove são redundantes, como as variantes de ordem quando a relação é somente a de coincidência temporal) para nove.

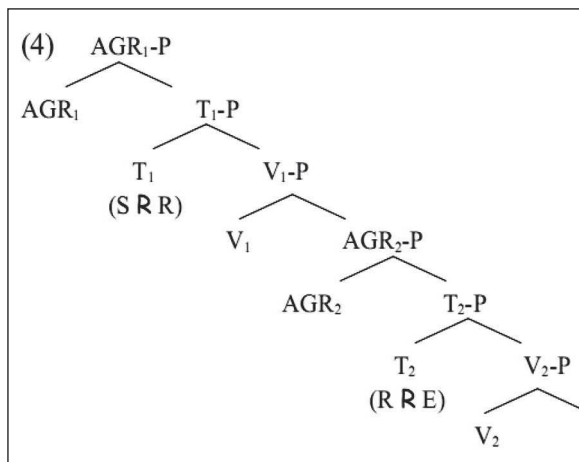
- (3) PRESENTE: (S,R) • (R,E)  
 PASSADO: (R\_S) • (R,E) (R precede S e R coincide com E)  
 FUTURO: (S\_R) • (R,E) (S precede R e R coincide com E)  
 MAIS-QUE-PERFEITO: (R\_S) • (E\_R) (R precede S e E precede R)  
 PRESENT PERFECT: (S,R) • (E\_R) (S coincide com R e E precede R)

Os principais motivos que levam muitos autores (em particular G&P) a adotarem o sistema de Reichenbach são os seguintes (HORNSTEIN, 1993): (1) o sistema explica o fato de os tempos verbais aceitarem, no máximo, dois modificadores adverbiais temporais: um modificaria o tempo do evento e o outro modificaria o tempo de referência (o tempo da fala já está ancorado, como o nome já diz, ao momento em que a sentença é dita, e, portanto, não pode ser modificado por um advérbio temporal); (2) teorias em que operadores temporais podem ser recursivamente aplicados sobre outros operadores temporais geram não só tempos inexistentes, mas um número infinito deles.

Tendo feito esta breve (e acrítica) exposição das idéias de Reichenbach, passo à teoria de G&P, que delas faz uso.

## G&P e Reichenbach

G&P baseiam sua teoria no sistema apresentado acima. No caso mais geral, dois núcleos T estão envolvidos na estrutura sintática dos tempos verbais: o núcleo  $T_2$ , mais baixo na árvore, que estabelece relações de coincidência e antecedência entre os tempos *do evento* e *de referência*; e o núcleo  $T_1$ , mais alto, que estabelece as mesmas relações entre os tempos *de referência* e *da fala*. Normalmente, portanto,  $T_2$  enfeixa os traços de tempo/aspecto realizados morfologicamente no verbo



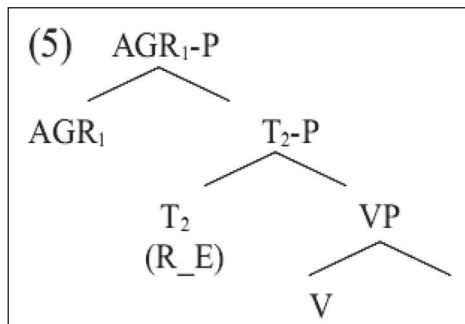
principal que está na forma participial e  $T_1$  os traços de tempo marcados no verbo auxiliar. Observe-se o esquema ao lado, proposto por G&P.

Em (4) temos também dois núcleos de concordância;  $\mathcal{R}$  representa a relação de coincidência ou anterioridade. O núcleo  $AGR_2$  representa a concordância participial, típica-

mente adjetiva. O núcleo  $AGR_1$  representa a concordância verbal, com traços de pessoa e número.  $V_1$ , no esquema acima, é o verbo auxiliar;  $V_2$  é o verbo principal. Os núcleos T são itens lexicais com papéis *temporais* (chamados de  $\tau$ ) para atribuir<sup>4</sup>. Verbos são as categorias gramaticais típicas para a atribuição desses papéis temporais.

Mesmo os tempos verbais morfologicamente simples precisam, na sua forma lógica, envolver relações entre as *três* entidades temporais de Reichenbach. Em tais casos, somente um dos T's está presente na estrutura sintática, diretamente concatenado ao sintagma verbal na sintaxe visível. Como a interpretação sempre depende das duas relações, nos casos das formas simples a outra relação acontece na forma lógica, e é a relação *default* de simultaneidade ou continência. Caso curioso de forma sintética é o do pretérito perfeito do português. Por razões semânticas, essa forma verbal é, para os autores, uma forma temporal na qual o núcleo  $T_2$ , com *tempo do evento* precedendo *tempo de referência*, é combinado ao sintagma verbal e, extraordinariamente, o núcleo  $AGR_1$  é combinado a  $T_2$ -P, com traços de pessoa e número para serem checados com o sujeito do verbo na sintaxe visível. Na LF, a outra relação necessária à interpretação, entre S e R ( $S \subseteq R$  ou  $S \bullet R$ )<sup>5</sup>, se dá, completando as exigências do sistema. A estrutura sintática apresentada por G&P para o pretérito perfeito está representada em (5)

A leitura final seria  $(S \subseteq R) \bullet (E_R)$ , onde o tempo da fala está contido no tempo de referência e o tempo do evento precede o de referência.



## Resposta de G&P para a questão (1)

No caso do pretérito perfeito composto, primeiro é preciso entender que tipo de interpretação, para os autores, essa forma recebe. Em sentenças

<sup>4</sup> O raciocínio por trás da postulação de papéis temporais é semelhante ao raciocínio que motiva a idéia de papéis temáticos (com até mesmo um “critério  $\tau$ ”, parecido com o “critério  $\theta$ ”), ainda que não sejam exatamente a mesma coisa. Sua consequência é: havendo um T na numeração, deve haver, também, um V na numeração para receber o papel temporal que o primeiro tem para atribuir. Não havendo este V, a numeração não gerará uma derivação convergente, necessariamente, pois T não conseguirá descarregar seu papel temporal.

<sup>5</sup> S contido em ou coincidente com R. Para G&P, nas línguas românicas a relação não é de coincidência, mas de continência. Isso explicaria o fato de as formas de “passado próximo” nessas línguas escaparem ao *present perfect puzzle* (sobre o *present perfect puzzle*, ver nota 7).

como: *Cláudia tem levado seus filhos à escola*, a interpretação atribuída é, além de habitual, incoativa: *Cláudia adquiriu o hábito de levar seus filhos à escola*. Mas de onde viria essa interpretação?

Uma vez que no sistema verbal do português já existe uma forma com uma interpretação correspondente a do *present perfect*, que é o pretérito perfeito simples (ver (5) acima), então, para eliminar a possibilidade de redundância no sistema<sup>6</sup>, o que resta aos autores é assumir que no pretérito perfeito composto o verbo *ter* é “lexical”, introduzindo uma eventualidade, e não um auxiliar. O significado habitual pode ser capturado propondo-se a presença de um operador genérico (GEN) na oração participial, que toma a variável temporal do tempo do evento. E a interpretação incoativa seria consequência do desajuste entre as exigências do verbo *ter* lexical, que pede por um predicado do tipo *stage*, e a natureza do complemento com o qual ele se combina, o predicado da oração participial, que é, por ser habitual, do tipo *individual*<sup>7</sup>.

## Problemas da abordagem de G&P

De onde vem o tal operador genérico oculto no sintagma participial neste tempo (e somente nele)? A postulação de tal operador é arbitrária, simplesmente para dar conta do fato de que essa forma é normalmente interpretada como habitual. Ademais, assumir que *ter*, no presente do indicativo, quando parte da estrutura do pretérito perfeito composto, é lexical, e não auxiliar, é insustentável. Schmitt (SCHMITT, 2001), por exemplo, nos mostra que o verbo *ter* no pretérito perfeito composto passa por todos os testes que identificam auxiliares, bem na contramão do que seria esperado se as propostas de G&P estivessem certas. Por último, não é verdade que a interpretação do pretérito perfeito composto é *sempre* habitual (Cf. BERTINETTO; BIANCHI, 2001; ILARI, 2001), o que põe em xeque a proposta de haver um operador genérico oculto no participípio desta forma verbal. Quando o verbo principal denota alguns tipos de estado, a interpretação é durativa (por exemplo, em *ela tem morado em Nova Iorque*).

---

<sup>6</sup> Segundo G&P, portanto, não pode haver duas formas distintas no sistema que co-existam e veiculem as mesmas relações de Reichenbach. Como bem notou um dos pareceristas, o que dizer da co-existência das formas composta e simples do pretérito mais-que-perfeito? A questão da co-existência de formas distintas, mas equivalentes do ponto de vista semântico, é relevante, e trato dela de maneira menos direta na seqüência, mas não é o foco deste artigo. Até porque a co-existência das duas formas mencionadas no mesmo sistema (na mesma gramática internalizada) não me parece ser uma afirmação sem controvérsia.

<sup>7</sup> Grosso modo, predicados do tipo *individual level* caracterizam propriedades inerentes, permanentes; predicados do tipo *stage level* caracterizam estados não-permanentes. Para uma discussão fundamental sobre o assunto, ver (KRATZER, 1995)

Ademais, ainda que não seja diretamente relevante para o problema aqui abordado, a afirmação de que a interpretação do pretérito perfeito simples se reduz à de alguma forma de passado próximo (seção 1.2.2) é no mínimo perigosa. Como apontam Bertinetto e Bianchi (BERTINETTO; BIANCHI, 2001), no português somente o pretérito perfeito simples é capaz de traduzir o *simple past* do inglês em alguns de seus usos. Parece-nos muito mais que a morfologia do pretérito perfeito simples é ambígua ou, de alguma forma, subespecificada, podendo expressar tanto a interpretação de passado simples como a de *present perfect* (ver as relações de Reichenbach em (3) acima).

### Schmitt e os operadores aspectuais

O trabalho de Schmitt (SCHMITT, 2001) se baseia em propostas de Henriëtte de Swart (de SWART, 1998), e tenta derivar a interpretação habitual do pretérito perfeito composto do português da relação entre restrições de seleção aspectual impostas pelo tempo presente nessa língua e propriedades de seu operador perfectivo. Esta proposta, portanto, não se baseia em sistemas (tríplices) de entidades temporais como os de Reichenbach e Klein (mais adiante).

Segundo Schmitt, diferentemente do francês e do alemão, o inglês e o português são línguas cuja interpretação do tempo presente, quando esse tempo é aplicado a predicados eventivos, não-estativos, é a de *habitualidade*. A razão para isso é que esse tempo seleciona, sempre, estados em ambas as línguas: e a maneira de converter um evento em estado é aplicando sobre ele ou um operador habitual ou um progressivo. O operador habitual aplicado sobre um predicado qualquer (como *correr*, por exemplo) teria como saída um estado, uma vez que as subeventualidades de um hábito são todas idênticas. Ou seja, para um processo ou evento ser compatível com as propriedades de seleção do tempo presente é preciso que ele se converta em hábito/estado – e, por isso, a interpretação do presente é sempre habitual quando os predicados originalmente não referem estados.

Para explicar a interpretação sempre habitual do pretérito perfeito composto, a autora assume que o operador perfectivo no português toma qualquer predicado e tem como saída um predicado não-homogêneo, que não é estado nem processo (é um evento, com ponto final estabelecido pelo operador aspectual envolvido). Ora, para combinar o tempo presente, que pede por um predicado estativo, com um predicado não-estativo (perfectivo) é preciso que se aplique um operador de coerção habitual. E isso explica a interpretação habitual do pretérito perfeito composto, mesmo nos casos em que o predicado correspondente ao verbo principal é estativo.

## Problemas das propostas de Schmitt

O problema que me parece mais claro nessa proposta é afirmar que o tempo presente restringe sua seleção a predicados estativos. A questão é que, no português e no inglês, nem sempre o tempo presente, quando operando sobre predicados dinâmicos, tem interpretação habitual. Observe-se que, apesar de restritas a poucos contextos, a interpretação de processo, ou mesmo uma em que o predicado é tomado como não-homogêneo (perfectivo? Ver BERTINETTO, 2001), também é possível com o tempo presente do português. Por exemplo, em uma partida de futebol, o locutor frequentemente usa o tempo presente para narrar os eventos do jogo à medida que eles ocorrem. Aqui, os eventos são únicos, e em seqüência. Algo parecido ocorre com o presente histórico. Há ainda as ocorrências com verbos performativos, como no caso de um juiz que declara casados os noivos num cartório – o evento não é, certamente, habitual, mas único. O presente também pode estar associado a um evento em andamento no momento em que a frase que o contém é dita, como no seguinte exemplo: um locutor narrando uma maratona na TV diz que *Cláudio corre a maratona sem o menor sinal de cansaço!* Sem contar os casos em que o presente se refere a um único evento futuro, visto como um todo, como na frase: *amanhã a polícia pega ele*. Em nenhum desses casos, o evento é interpretado habitualmente. Ora, se dizer que o presente *seleciona* predicados estativos é uma afirmação muito forte, pois exclui tudo que foi apresentado neste parágrafo, então a própria explicação para a habitualidade do pretérito perfeito composto fica comprometida, pois depende crucialmente disso.

Há ainda um outro problema para a abordagem de Schmitt (que também encontramos em G&P, como apontado acima). Em *Maria tem morado em Nova Iorque*, o predicado *morar* se estende desde um passado recente até o presente. Trata-se, portanto, de uma leitura durativa, não habitual. Mas a leitura durativa não é prevista pela proposta, já que o operador perfectivo, presente no pretérito perfeito composto, cria um predicado não-homogêneo, o que força a ocorrência de um operador de coerção habitual ou iterativo para satisfazer as propriedades de seleção do tempo presente. Na proposta de Schmitt, pois, *morar* não seria um predicado compatível com o pretérito perfeito composto.

### Pretérito perfeito composto: respondendo (1)

Como está dito na introdução, adotarei o sistema de tempos verbais de Klein (KLEIN, 1992) para tratar a questão que motiva este artigo. Apresento-o na seqüência. A solução para (1) é desenvolvida na subseção 2.2.

## O sistema de Klein

Com o objetivo de dar conta de um dos problemas clássicos da descrição dos tempos verbais do inglês – o *present perfect puzzle*<sup>8</sup> –, Klein (KLEIN, 1992) propõe um novo sistema baseado em intervalos de tempo, que mantêm diversas relações entre si.

São também três as entidades temporais sobre as quais Klein constrói sua teoria. Uma delas é o intervalo de tempo que contém a emissão da sentença. Esse intervalo é chamado pelo autor de *time of utterance*, ou *tempo da enunciação*. A sigla usada por Klein para este tempo é TU. No sistema de Reichenbach, ele corresponderia ao ponto (ou intervalo, em algumas de suas versões) S na linha do tempo. O outro tempo é o que o autor chama de *tempo tópico* (TT). O TT, nas palavras do autor, “é o tempo sobre o qual, em uma dada ocasião, uma afirmação é feita”. O terceiro intervalo de tempo relevante no sistema de Klein é o *tempo da situação* (TSit), que corresponderia, grosso modo, ao tempo do evento (E) no sistema de Reichenbach.

O tempo tópico é o intervalo ao qual a afirmação feita em uma dada ocasião se restringe. Por exemplo, imaginemos a seguinte situação. Numa conversa, alguém faz a pergunta: “O que você viu quando foi até a cozinha?” O interlocutor então responde: “A porta estava aberta”. Ao dizer isso, o falante estabelece um TT, o tempo de seu testemunho, e o TT está em algum lugar do passado. Observe-se que esse intervalo é diferente do TSit, que é o intervalo em que o estado “aberto” da porta é verdadeiro. No exemplo acima, o tempo da afirmação, TT, está contido no tempo da situação (aspecto imperfectivo) – o tempo que corresponde ao intervalo em que o referido estado da porta, TSit, é verdadeiro. A morfologia do verbo indica que TT precede TU, mas nada é afirmado sobre que relação há entre o TSit e o TU, podendo, pois, no momento da enunciação, *a porta ainda estar aberta*.

O último ponto do parágrafo anterior é uma interessante vantagem do sistema de Klein em relação ao de Reichenbach. Este, em sua formulação original, trabalha com pontos na linha do tempo, não com intervalos. Nele, os tempos no passado sempre colocam o tempo do evento E (o tempo do VP)

---

<sup>8</sup> O *present perfect puzzle* pode ser resumido na seguinte pergunta: por que, ao contrário de outros tempos perfeitos da língua, sentenças em que o verbo está no *present perfect* não aceitam advérbios que fixam um ponto na linha do tempo (diferentes de *now*) como *at six o'clock* ou *yesterday*? Por exemplo, a sentença a seguir é agramatical: \**Paul has closed a door yesterday*; mas não é agramatical a sentença: *Paul had closed a door yesterday*.



numa relação (indireta) de anterioridade com o tempo da fala S: o passado simples (R\_S) • (R,E), o *present perfect* (S,R) • (E\_R) e o mais-que-perfeito (R\_S) • (E\_R). Ora, se os tempos no passado expressam sempre essa relação de anterioridade, como dar conta do fato de que, no exemplo acima, o tempo em que o estado da porta expresso pelo VP é verdadeiro pode se estender para além de S? No sistema de Klein esse problema não existe: como passado é uma relação entre TT e TU e o TSit pode conter o TT (imperfectivo), pode ser que a situação descrita pelo VP (*porta aberta*) seja verdadeira no momento da enunciação, ainda que o enunciador não afirme isso.

O sistema estabelece as seguintes relações entre TT e TU:

(8) PASSADO: TT antes de TU.

PRESENTE: TT inclui TU.

FUTURO: TT depois de TU.

Note-se que os tempos verbais não dizem nada sobre o “comprimento” do intervalo que corresponde ao tempo tópico. De fato, o tempo tópico pode ser tão longo que nenhum outro intervalo de tempo possa contê-lo, como é o caso de: *Dezessete é um número primo*, que vale sempre<sup>9</sup>.

Tempo verbal é a relação entre TT e TU. No sistema de Klein, *aspecto* é a relação entre TT e TSit. Sendo intervalos, eles podem preceder um ao outro ou conter parcial ou totalmente um ao outro. As possibilidades permitidas por esse sistema que são sistematicamente codificadas nas línguas do mundo são as seguintes:

(9) PERFEITO: TT depois de TSit.

PERFECTIVO: TT incluindo o final do TSit e o começo do tempo após o TSit.

IMPERFECTIVO: TT propriamente contido no TSit.

PROSPECTIVO: TT antes de TSit<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> Neste caso, parece que a semântica do VP é responsável por esse esticamento do TT. É provável que predicados do tipo *individual level* tenham freqüentemente efeitos semelhantes sobre o tempo tópico.

<sup>10</sup> Há, entretanto, outras possibilidades lógicas, não apresentadas pelo autor, de continência ou interseção entre esses intervalos, tanto no conjunto dos *tempos* quanto no conjunto dos *aspectos*. Por exemplo: TSit propriamente contido em TT; TU incluindo alguma parte do TT; TT propriamente contido no TU; TSit incluindo alguma parte do TT, etc. Existe alguma dessas possibilidades em algum sistema de tempos de alguma língua no mundo? Se não, o que as impede? Se não se verificam as possibilidades mencionadas, o fato de permitir tais arranjos entre intervalos não seria uma fraqueza do sistema?

Para o autor, no inglês as formas simples codificam perfectividade; as formas contínuas codificam imperfectividade; as formas perfeitas (*present perfect*, *past perfect*, *future perfect*) codificam o perfeito. Quanto ao prospectivo, parece não haver uma marca morfológica sistemática no sistema do inglês, mas o autor aposta na forma *be going to* para essa função. Como se vê, as relações apresentadas em (8) e (9) acima permitem que se estabeleçam diferenciações aspectuais importantes, como a que existe entre perfeito e perfectivo. O sistema de Reichenbach trata somente de *tempos*, não de aspecto.

### Klein e o pretérito perfeito composto

O tempo presente, quando aplicado a predicados que denotam eventualidades não-estativas, tem duas leituras mais comuns em várias línguas do mundo: uma em que a eventualidade é tomada progressivamente (está em progresso no intervalo de tempo da fala, o TU) e outra em que a eventualidade é tomada habitual ou iterativamente (várias eventualidades do mesmo tipo ocorrem num intervalo de tempo que atravessa o tempo da fala). No português e no inglês, a interpretação preferencial do tempo presente, para predicados dinâmicos, é a segunda<sup>11</sup>. Somente em circunstâncias especiais essa leitura não acontece.

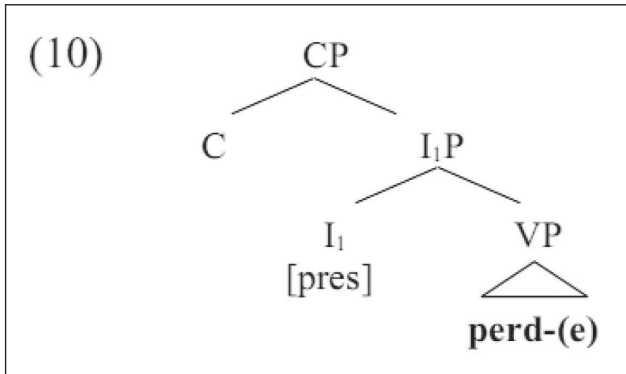
Línguas como o alemão e o francês não têm uma forma específica que codifique progressividade. No português e no inglês, existe tal forma, com o gerúndio ou particípio presente do verbo principal combinado a uma cópula no presente do indicativo. Ao que parece, a existência da forma perifrástica no sistema tem alguma responsabilidade na preferência pela interpretação habitual do presente simples em predicados dinâmicos<sup>12</sup>.

Importante notar que o presente do indicativo é normalmente imperfectivo, mas pode ter, em situações muito especiais, outras leituras aspectuais. Uma maneira de explicar a maior liberdade de interpretação para o tempo presente é dizer que sua estrutura sintática não traz nó aspectual (algo semelhante ao que dizem G&P) – ou seja, é um tempo realmente *simples*, envolvendo somente o traço de tempo: [presente]. A relação que caracteriza a imperfectividade (em que TSit contém TT) é a relação *default* que completa a interpretação desse tempo, se o contexto não forçar outra. Assim, a leitura típica do presente é (TT  $\supset$  TU) • (TSit  $\supset$  TT). O esquema a seguir ilustra sua representação sintática.

---

<sup>11</sup> Vale ressaltar, como bem apontou um dos pareceristas, que tal interpretação jamais se aplica aos casos em que a eventualidade em questão é um estado.

<sup>12</sup> Algo parecido ocorre com pretérito imperfeito e a forma composta com gerúndio em que a cópula *estar* está no pretérito imperfeito.



Uma vez que a forma composta com o gerúndio e a cópula no presente do indicativo indica evento em progresso, ou seja, indica que o tempo tópico (TT) está contido no tempo da situação (TSit), **temos, nessa forma, as mesmas relações entre as entidades temporais de Klein que encontramos no presente**. Portanto, até este ponto, a análise aqui desenvolvida não faz diferença entre a semântica *default* do presente do indicativo (simples) e a da forma composta, com gerúndio. Mas essa diferença existe, e tem a ver com a preferência pela interpretação habitual do presente simples para predicados dinâmicos e com a preferência pela interpretação contínua ou durativa (progressiva) para a forma composta.

Proporei, pois, que as interpretações habitual e progressiva resultam de especificações diferentes no tamanho do TT nessas duas formas.

A idéia que vou desenvolver é a seguinte. No presente do indicativo do português, TT é normalmente assumido (a não ser que o contexto diga o contrário) como um intervalo *muito* longo, como se suas bordas estivessem no “infinito”<sup>13</sup>. Ora, no mundo, as ocorrências dos eventos descritos pelos predicados, em particular os eventos com ponto final intrínseco, têm necessariamente menor duração do que o TT assim especificado. De fato, com duração tão dilatada, o TT conteria um número infinito de ocorrências de qualquer evento. Dessa característica do TT, e do fato de que o TSit, na leitura *default* do presente, contém propriamente o TT, decorre a interpretação tipicamente habitual ou iterativa associada a este tempo verbal quando o VP não denota um estado: se TSit contém TT, e TT é tão longo quanto acima é

<sup>13</sup> Note-se que Klein assume que certos predicados impõem tamanhos relativos aos intervalos. Por exemplo, o predicado *ser um número primo* (ver seção 2.1) impõe que o TT seja tão grande que nenhum outro intervalo possa contê-lo. Na minha proposta, afirmo que, no presente do indicativo do português, TT é exatamente assim, tão grande que nenhum outro intervalo possa contê-lo; a questão é que TT tem essa extensão independentemente do predicado envolvido.

sugerido, então TSit necessariamente é o tempo de inúmeras ocorrências de tal eventualidade. Já na forma com gerúndio, TT é, normalmente, menor que o tempo de uma única ocorrência do evento descrito pelo VP mais encaixado. Quando é o caso de, nessa forma, TT ser maior que o tempo de uma ocorrência singular da eventualidade denotada pelo predicado (por conta, por exemplo, de alguma modificação adverbial, ou pelo fato de o evento descrito pelo predicado ser pontual), as bordas do TT estão, de qualquer modo, na comparação com o presente do indicativo, mais próximas das bordas do TU. Observem-se as diferenças de interpretação entre *João corre na praia toda semana* e *João está correndo na praia toda semana*. No primeiro caso, a interpretação *default* é de que “correr na praia” é uma rotina de João, algo que até mesmo define uma sua propriedade; há tempos faz parte de sua vida e vai continuar sendo assim. No segundo caso, faz pouco tempo que João começou a correr na praia, e pode ser que, relativamente, a atividade não dure muito.

Os diferentes “tamanhos” do TT são, resumindo, o que caracteriza a típica distinção de interpretação entre o presente do indicativo e a locução com o gerúndio no português. Em línguas como o francês e o alemão, as duas especificações do TT são veiculadas pela mesma forma – o *presente simples*. Portanto, além das diferentes relações entre os três tempos de Klein (continência parcial ou total e disjunção), um outro fator essencial para a interpretação dos tempos verbais de uma língua, que pode restringir fortemente seus usos, é o tamanho relativo dos intervalos TU, TT e TSit.

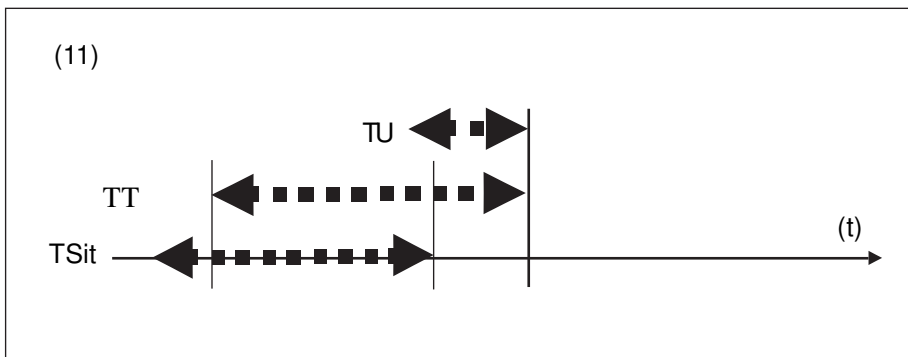
Para terminar a discussão sobre o presente do indicativo e a forma com gerúndio, quero dizer que, talvez, alguns predicados, assim como certos advérbios (e, talvez, contextos discursivos particulares), anulem a especificação do TT proposta acima para o presente do indicativo. É o caso, por exemplo, de predicados com a cópula *estar*. Em sentenças como *João está doente*, o verbo *estar* reaproximaria as bordas do TT das do TU (talvez sobrepondo-as), ao contrário do que ocorre tipicamente com outros predicados nesse tempo verbal (como em *João corre na praia toda semana* ou *Maria ama Pedro*). Ora, uma vez que o composto *estar X-ndo* envolve uma forma nominal do verbo e a cópula *estar*, que, se o raciocínio acima está correto, reaproxima as bordas do TT das bordas do TU, então entende-se porque o composto denota tipicamente eventualidade em progresso.

Uma coisa deve ficar bem clara: na proposta aqui desenvolvida, o comprimento relativamente longo do TT é somente um *default*, uma vez que existe uma forma (com o gerúndio do verbo) mais específica para expressar a

idéia de evento em progresso. Isso quer dizer que, não havendo nada no contexto que force uma redefinição do tamanho do intervalo do Tempo Tópico, a leitura do presente do indicativo em predicados que denotam eventualidades dinâmicas será a **habitual**. Com isso, evitamos a rigidez dos sistemas de Schmitt e G&P, e damos conta da ocorrência do presente do indicativo sem a leitura habitual, nas situações mencionadas acima (seção 1.3.1).

Mas e quanto ao pretérito perfeito composto do português, tema deste artigo?

Proponho que esse tempo seja perfectivo (e não perfeito, como no inglês) – ou seja, com a borda final do TSit contida no intervalo TT – e que a borda final do TT coincida com a borda final do TU. Outra coisa importante sobre o comprimento do TT é que sua interseção com o TSit seja grande o bastante para conter o número *mínimo* de ocorrências do evento descrito pelo sintagma verbal que possa, no contexto, e para o falante que faz uso da forma, indicar freqüência ou hábito. Ou seja, o pretérito perfeito composto explicita que houve um tempo no passado sobre o qual o falante não assume o testemunho de ocorrências regulares da eventualidade: afirma-se, pois, que houve uma primeira ocorrência. Comparem-se, por exemplo, as sentenças *João corre na praia toda semana* e *João tem corrido na praia toda semana*. Na primeira, é como se não houvesse uma primeira vez em que João correu na praia; na segunda, ao contrário, o falante afirma que a partir de um determinado momento (relativamente próximo) *correr na praia* ficou freqüente. Portanto, na presente visão, a leitura de *hábito adquirido* (*incoativa*, nos termos de G&P) não decorre de desajustes entre propriedades de seleção de um verbo *ter* “lexical” e a saída de um operador genérico oculto no sintagma participial (ver seção 1.2.2), mas de uma inferência que leva em conta as relações entre TT, TSit e TU que o pretérito perfeito composto representa e as especificações para o comprimento de TT. O esquema (11) explicita a idéia:



No esquema anterior,  $TT \cap TU$ , intervalo entre os segmentos pontilhados, contém o número mínimo de ocorrências de um determinado evento que caracteriza um hábito. Importante notar em (11) que TT termina com TU, e, portanto, o falante não faz nenhuma afirmação sobre o futuro; além disso, TSit chega, no máximo, à fronteira final de TU. De fato, quando digo que *João tem comido maçã (ultimamente)*, não tomo uma posição quanto à continuidade futura do hábito de comer maçã que João adquiriu.

A idéia, portanto, é que os tamanhos dos intervalos podem ser mais ou menos fixados em relação aos outros tempos verbais existentes no sistema, mas as relações entre tais intervalos são as mesmas, expressas em (8) e (9), independentemente do sistema de tempos analisado. Os tamanhos dos intervalos são aprendidos; as relações em (8) e (9), num certo sentido, pré-existem, estabelecem limites às dimensões relativas dos intervalos.

Para alguns predicados, entretanto, a interpretação iterativa ou habitual não será possível, por conta da própria semântica deles. É o caso, por exemplo, de predicados que envolvam o verbo *ser* (*Maria tem sido feliz em Nova Iorque*) ou outros que expressem estados duradouros, permanentes, como o verbo *morar*. A proposta acima, baseada não em operadores habituais ou genéricos (como G&P e Schmitt), mas em especificações para a duração relativa do TT – especificações que podem ser canceladas ou parcialmente modificadas em contextos especiais –, dá conta, pois, da controvérsia “interpretação durativa vs. habitual/iterativa” do pretérito perfeito composto (ILARI, 2001; MOLSING, 2006) sem pender para um lado ou para o outro: em *Maria tem morado em Nova Iorque*, por exemplo, o estado descrito pelo predicado simplesmente se distende pelo intervalo que resulta da interseção entre TT e TSit em (11). As propostas aqui desenvolvidas não sofrem, portanto, com nenhuma dificuldade criada pela presença de operadores habituais ou genéricos.

Para fechar a seção, gostaria de especular um pouco sobre a origem de interpretação tão específica do pretérito perfeito composto. A meu ver, ela decorreu de uma mudança histórica: o fato de a morfologia do pretérito perfeito simples ter acumulado a leitura de *presente perfeito* ou *passado próximo* (ver discussão na seção 1.2.3) e passado simples. Observe-se que esta afirmação tem respaldo não só na interpretação realmente ambígua desta forma atualmente, como no fato de o pretérito perfeito composto, ainda no século XVIII, ter uma das interpretações do pretérito perfeito simples moderno:

(1789)<sup>14</sup>: “A carta de V. Exa. De 31 de julho de 1789, circunstanciada sobre os pontos de Exmo. Secretario de Estado dos Negócios Ultramarinos e incorporada, com a Cópia da Conta que a S. Mg. Dêo a Camera desta Vila, *tem passado* pela minha atenção, por um objecto principal...”

(1774)<sup>15</sup>: “Comarca do Espírito Santo, que elle Supplicante há mais de doze annos, que estava fazendado nas margens do Rio Itapemirim em o lugar, que vulgarmente chamão area, aonde *tem fundado* Engenho Real de assucar que havia dous annos...”

Na *Vida do Grande D. Quixote de La Mancha e do Gordo Sancho Pança*<sup>16</sup>: (Parte II, Cena IV): “...o concelho *tem preparado* um magnífico banquete<sup>17</sup> para vossa mercê nas casas de Câmera”.

Penso que em todos os exemplos acima, usaríamos, atualmente, o pretérito perfeito simples, e não a forma composta que neles encontramos.

Ora, quando o pretérito perfeito simples passou a ser ambíguo entre as interpretações de presente perfeito e passado perfectivo (ver seção 3.3.1), o tempo composto especificou-se (fixando, provavelmente, uma das interpretações que ele já veiculava): sendo somente *perfectivo*, e não *perfeito*, e com uma extensão particular para o TT, produzindo a interpretação tipicamente habitual ou iterativa para os predicados dinâmicos e alguns predicados estativos (quando estes já trazem, em sua semântica, a idéia de uma duração relativamente curta).

## Conclusões

Conclui-se da discussão acima que a interpretação típica do pretérito perfeito composto combina elementos de um sistema universal de relações temporais com especificações particulares, aprendidas, para os comprimentos relativos dos intervalos envolvidos nessas relações.

O problema que se coloca para a solução apresentada é se o recurso aos tamanhos relativos dos intervalos para descrever diferenças entre formas presentes numa língua não é poderoso demais, anulando o esforço restritivo

---

<sup>14</sup> Translado da Provisão criando a Villa de Guarapari, em 1º de janeiro de 1679, e mapa de despesas e receitas da mesma Villa em 1789.

<sup>15</sup> Carta de Doação de Sesmaria na Região do Rio Itapemirim, em 8 de agosto de 1774.

<sup>16</sup> TAVARES, J. P. *Antônio José da Silva (o judeu) – Obras completas*. Vol. I, Lisboa, Livraria Sá da Costa – editora, 1957.

<sup>17</sup> O contexto em que essa frase ocorre é tal que o banquete mencionado acabara de ser preparado, e seria em seguida devorado por Sancho Pança.

do sistema conforme idealizado inicialmente por Klein. Essa é uma questão fundamental, que deixo, entretanto, para pesquisa futura<sup>18</sup>.

Obviamente, restam muitas questões sem resposta. Além dos pequenos problemas mencionados ao longo do texto, me esquivei de abordar tópicos bastante complexos. Por exemplo, ainda que não diretamente relacionado à questão da forma composta estudada aqui, fica o problema, criado pela discussão que fiz sobre o tempo presente, da interpretação de futuro a ele atribuída em certos contextos. Resolvê-lo me parece um passo necessário para o entendimento de outros aspectos do sistema de tempos verbais do português e de outras línguas. Voltando ao pretérito perfeito composto, não tratei de sua interpretação em orações subordinadas, com o verbo auxiliar no modo subjuntivo. Em frases como *espero que ele tenha feito boa viagem*, apesar de o auxiliar estar no presente (do subjuntivo), e se tratar de um predicado dinâmico, a interpretação para o composto não é habitual ou iterativa. Como explicar isso? A questão ainda remete a outros casos, em que ocorre perífrase, como em *acredito ter feito um bom trabalho*<sup>19</sup>. Deixo todos esses pontos para um outro momento da pesquisa.

### The portuguese present perfect and its interpretation

**Abstract:** The main goal of this paper is to understand why Brazilian Portuguese Present Perfect accepts only the habitual interpretation when the predicate on which it is applied denotes a dynamic eventuality. It is a classical question for the description of Portuguese tense system. After focusing on other analyses which address the same issue, and discussing their virtues and limitations, I propose another one, based on Klein's triple system of time intervals (KLEIN, 1992), which, I believe, provide a better answer to it.

**Keywords:** Present perfect, tense systems, habituality

### Bibliografia

BERTINETTO, P. M. On a frequent misunderstanding in the temporal-aspectual domain: the perfective-telic confusion. In: CECCHETTO, C.; CHIERCHIA, G.; GAUSTI, M. T. *Semantic interfaces: reference, anaphora and aspect*. Stanford: CSLI, 2001, p. 177-210.

---

<sup>18</sup> Agradeço a Maximiliano Guimarães por ter chamado minha atenção para esta questão.

<sup>19</sup> Agradeço a sugestão e o exemplo de um dos pareceristas.



BERTINETTO, P. M.; BIANCHI, V. Review article: Tense, aspect and syntax. In: KEIN, W. *Linguistics – an interdisciplinary journal of the language sciences*. Mouton de Gruyter, Berlin/New York, vol. 41, n. 3, 2003, p. 565-606.

GIORGI, A.; PIANESI, F. *Tense and Aspect. From Semantics to Morphosyntax*. Oxford University Press, Oxford, 1998.

HORNSTEIN, N. *As Time Goes By – Tense and Universal Grammar*. The MIT Press, Cambridge, Massachusetts, 1993.

ILARI, R. Notas para uma semântica do passado composto em português. In: *Revista Letras*, UFPR, Curitiba, n. 55, 2001, p. 129-152.

KLEIN, W. The Present Perfect Puzzle. In: *Language*, v. 68, 1992, n. 3, p. 525-552.

KRATZER, A. Stage-Level and Individual-Level Predicates. In CARLSON, G.; PELLETIER, J. *The Generic Book*. Chicago: Chicago University Press, 1995, p. 125-175.

MOLSING, K. Tempo e aspecto do presente perfeito em inglês e português. In: *Revista Letras*, Curitiba: UFPR, v. 69, 2006, p. 133-156.

REICHENBACH, H. *Elements of Symbolic Logic*. 1947. Reimpresso em 1966 por Free Press.

SCHMITT, C. Cross-Linguistic Variation And The Present Perfect: The Case Of Portuguese. In: *Natural Language and Linguistic Theory*, v. 19, n. 2, Springer Netherlands, 2001, p. 403-453.

de SWART, H. **Aspect Shift and Coercion**. In: *Natural Language & Linguistic Theory*, Vol. 16, n. 2, Springer Netherlands, 1998, p. 347-385.